

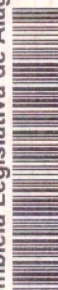


ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

PROJETO DE LEI Nº ____/2023

**ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A
LEI ORDINÁRIA nº 8.887, de 17 de julho
de 2023.**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2605/2023
Data: 14/09/2023 - Horário: 11:48
Legislativo

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º A Lei Ordinária nº 8.887, de 17 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º**- A Política Estadual de Habitação para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar foi formulada com o objetivo de regulamentar medidas que beneficiem as mulheres que sofreram violência, direta ou indiretamente, em todos os programas e ações implementadas pelo Estado para promoção da moradia, por meio da cooperação com os municípios.

[...]

Art. 3º - São princípios da Política Estadual de Habitação da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar:

I – criação de programas, planos e políticas públicas que promovam o direito à moradia às mulheres em situação de violência doméstica e familiar para coibir ou reduzir a dependência financeira de seus agressores, de responsabilidade comum entre Estado e Municípios;

II - a gestão participativa, regionalizada e compartilhada entre os entes federativos;

[...]"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12 de setembro de 2023.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

JUSTIFICATIVA

A Lei Ordinária nº 8.887, de 17 de julho de 2023, criou, no âmbito do Estado de Alagoas, o programa habitacional que regula o abrigo em todo o Estado, de modo a possibilitar a distribuição eficiente de vagas entre os municípios parceiros. Haja vista que a habitação deve ser usada como estratégia de enfrentamento à situação de violência, afastando a vítima da convivência com seu agressor.

A presente legislação tem por objetivo complementar a lei que foi sancionada com o veto de dois artigos. Desse modo, pretende-se que o presente projeto de lei venha a complementar a Lei Ordinária nº 8.887, de 17 de julho de 2023, auxiliando no combate à violência de gênero contra as mulheres, em especial a violência doméstica.

Desde já, contamos com a colaboração e o apoio dos Nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala das sessões, 12 de setembro de 2023.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL